



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Interessado: Diretoria de Ensino de Birigui- [REDACTED]

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 18/2020

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de Birigui

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação motivo pelo qual uma única servidora do RH que não participa das sessões de Atribuição de Classes e Aulas. Inadequação do sistema SIC.SP. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 018/2020

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Diretoria de Ensino Birigui, de número SIC em epígrafe, para acesso à justificativa pela qual uma única servidora do Recursos Humanos não participa das sessões de Atribuição de Classes e Aulas.
2. Em resposta recursal, o ente demandado informou que o questionamento feito foge ao escopo do âmbito da Lei de Acesso a Informação. Irresignado, o solicitante interpôs apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise do caso concreto deixa claro não se tratar de pedido de acesso a qualquer dado, documento ou informação pública, disponível e custodiada pelo Estado, encontrando-se fora do escopo da Lei de Acesso à Informação.
4. Conforme entendimento já consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também da Controladoria Geral da União, "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência:

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL. Recorrente: A.L.S.S).

5. Nada impede, sendo mesmo salutar, que o ente público esclareça dúvidas sempre que possível, tendo sido esse o caminho trilhado. Inevitável, contudo, a conclusão de não haver respaldo na legislação vigente para pedido com base na LAI.
6. Diante do exposto, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 4º, I e II, e 10 da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais estipuladas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 22 de janeiro de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado